

A produção acadêmico-científica da Educação sobre as imigrações no contexto da Educação Infantil

The academic-scientific production of immigration Education in the context of Early Childhood Education

La producción académico-científica de la Educación acerca de la inmigración en el contexto de la Educación Infantil

Jardielly Alencar Vasconcelos Martins¹

<https://orcid.org/0000-0001-6615-1870>

André da Silva Mello²

<https://orcid.org/0000-0003-3093-4149>

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo – Brasil. E-mail: diellyalencar30@gmail.com.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo – Brasil. E-mail: andremellovix@gmail.com.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as produções acadêmico-científicas no campo da Educação sobre as imigrações no contexto da Educação Infantil (EI). Trata-se de um estudo bibliográfico, do tipo Estado do Conhecimento, que utiliza como fontes o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no período de 2013 a 2022. Foram encontrados 20 textos (12 artigos, uma tese e sete dissertações). Com base na análise categorial temática de Bardin (2016), identificamos que as pesquisas do campo da Educação têm discutido a temática nas seguintes dimensões: 1) crianças imigrantes e políticas educacionais; 2) acolhimento de crianças imigrantes nas instituições escolares; 3) práticas discriminatórias que as crianças imigrantes sofrem no cotidiano educacional; e, por fim, 4) imigração e as vozes das crianças e das famílias. Como resultados apontamos que as crianças imigrantes enfrentam dificuldades de comunicação e interação com seus pares no cotidiano escolar, são vítimas das mais diversas práticas discriminatórias por parte de professores e colegas, especialmente se forem negras, não se dão por escutadas sobre os seus processos migratórios e, por conseguinte, sofrem a carência de políticas educacionais que viabilizem seu acolhimento com vistas a assegurar o seu direito ao acesso e à permanência nas instituições educativas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Crianças. Imigração. Educação.



Abstract

This paper aims to analyze academic-scientific productions in the field of Education regarding immigration in the context of Early Childhood Education (ECE). It is a bibliographic study, specifically a the State of Knowledge review, using as sources the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Periodicals Portal, the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, from 2013 to 2022. 20 texts were found (12 articles, one thesis, and seven dissertations). Based on Bardin's (2016) thematic categorical analysis, we identified that research in the field of Education has addressed topics in the following areas: 1) immigrant children and educational policies; 2) the reception of immigrant children in educational institutions; 3) discriminatory practices that immigrant children face in the educational environment; and, finally, 4) immigration and the voices of children and families. As results, we highlight that immigrant children face communication and interaction difficulties with their peers in everyday school life, are victims of various discriminatory by teachers and classmates especially if they are Black—are not listened to regarding their migratory processes, and, consequently, suffer from a lack of educational policies that ensure their reception and guarantee their right to access and remain in educational institutions.

Keywords: *Early Childhood Education. Children. Immigration. Education.*

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las producciones académico-científicas en el ámbito de la Educación sobre la inmigración en el contexto de la Educación Infantil. Se trata de un estudio bibliográfico, del tipo Estado del Conocimiento, que utiliza como fuentes el Portal de Periódicos de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, de 2013 a 2022. Se encontraron 20 textos (12 artículos, una tesis y siete disertaciones). A partir del análisis categorial temático de Bardin (2016), identificamos que las investigaciones en el campo de la Educación han discutido el tema en las siguientes dimensiones: 1) niños inmigrantes y políticas educativas; 2) acogimiento de niños inmigrantes en instituciones escolares; 3) prácticas discriminatorias que sufren los niños inmigrantes en su vida educativa diaria; y, finalmente, 4) inmigración y las voces de los niños y las familias. Como resultados, señalamos que los niños inmigrantes enfrentan dificultades para comunicarse e interactuar con sus pares en la vida escolar cotidiana y son víctimas de las más diversas prácticas discriminatorias por parte de profesores y compañeros, sobretodo si son negros, no se les escuchan sus procesos migratorios y, en consecuencia, padecen la falta de políticas educativas que posibiliten su acogida con miras a garantizar su derecho de acceso y permanencia en las instituciones educativas.

Palabras clave: *Educación Infantil. Niños. Inmigración. Educación.*

1 Introdução

Nos últimos anos, com o aumento dos fluxos migratórios internacionais, houve um crescimento significativo no número de crianças imigrantes, conforme dados do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). No Brasil, o acesso dessas crianças aos serviços públicos essenciais, como parte do reconhecimento de sua cidadania, suscita diversas questões, sobretudo, no que se refere ao seu direito à educação.

No âmbito das legislações brasileiras, a Constituição Federal de 1988 – CF (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996) garantem que todas as crianças, incluindo imigrantes e refugiadas, tenham acesso igualitário à educação. No entanto o que os documentos legais preveem como um direito nem sempre se concretiza na prática. Observa-se que a discriminação e a burocracia associadas ao *status* migratório dessas crianças frequentemente se configuram como obstáculos que impedem ou dificultam seu acesso à educação, resultando na exclusão delas do sistema educacional e contrariando os princípios de igualdade e inclusão previstos na legislação brasileira (Azevedo; Amaral, 2022).

No estabelecimento de um marco legal específico, que reconhece e formaliza o acesso à educação como um direito, foi regulamentada a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que garantiu no art. 3º inciso XI e art. 4º inciso X o “[...] direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (Brasil, 2017, p. 3).

Nesse cenário, recentemente, foi sancionada a Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020 (Brasil, 2020), emitida pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata do direito de matrícula de crianças e adolescentes provenientes dos fluxos migratórios internacionais nas escolas públicas brasileiras. A resolução reforça que, para além da matrícula, as escolas devem organizar suas práticas pedagógicas para acolher essas crianças e adolescentes, demonstrando, assim, uma indissociabilidade entre matrícula e ensino (Azevedo; Amaral, 2022).

De acordo com a produção de dados sobre as migrações do OBMigra, o número de matrículas de crianças imigrantes vem aumentando em todas as etapas da Educação Básica no país (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). No que tange especificamente à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, o relatório destaca que, desde 2018, observa-se um

crescimento das matrículas nessa etapa de ensino em diferentes regiões do país, totalizando nas décadas de 2011-2020 “[...] 138.588 matrículas de imigrantes nesse nível educacional” (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022, p. 22). Avanço que se dá em atenção à Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (Brasil, 2013)¹ e à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade (Brasil, 2009a).

Braga, Souza Neto e Santos (2021, p. 562) argumentam que “[...] a entrada de crianças imigrantes nesses contextos educativos requer alterações e adequações do ambiente educacional”. Essas adequações devem considerar as práticas culturais das crianças imigrantes e, sobretudo, que sejam concebidas a partir das suas necessidades, singularidades e experiências migratórias, desdobrando-se em práticas pedagógicas acolhedoras e em um currículo não homogêneo.

Olhar para as experiências das crianças que se deslocam não por escolha própria tem sido uma das grandes dificuldades apontadas pelas pesquisas sobre processos migratórios. É como se essas crianças passassem despercebidas ou não fizessem parte desses movimentos (Nascimento; Morais, 2021). Por esse motivo, frequentemente são retratadas como um “apêndice” dos estudos direcionados aos adultos imigrantes, contribuindo, como mencionou Norões (2021, p. 420), “[...] para mantê-la [a criança] a parte da sociedade ou invisibilizada nesses processos”.

Ao considerarmos as pesquisas sobre imigração na Educação, Lorzing (2021) e Pereira (2021) destacam que os estudos sobre essa temática necessitam de um avanço significativo, evidenciando um longo caminho ainda a ser percorrido. Entretanto, em pesquisa mais recente, Ghiggi e Coutinho (2022) demonstraram que o interesse de pesquisadores da área da Educação sobre a temática vem crescendo desde 2018, provavelmente, devido ao aumento do número de matrículas de crianças imigrantes em escolas brasileiras, conforme sinalizou o relatório do OBMigra (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022).

Em se tratando da interlocução entre Migração e Educação Infantil, escopo deste artigo, embora se perceba um aumento gradativo da produção de conhecimento (Ghiggi; Coutinho, 2022; Gonçalves Daniel; Moro, 2022), diversos pesquisadores enfatizam a necessidade de se investir em mais pesquisas acadêmico-científicas envolvendo as crianças imigrantes que

¹ Documento que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

compõem essa etapa da Educação Básica, de modo a dar visibilidade às suas especificidades (Freitas; Silva, 2015; Ghiggi; Coutinho, 2022; Gonçalves Daniel; Moro, 2022; Nascimento; Morais, 2021; Santos; Alves; Machado, 2022).

Nesse sentido, consideramos fundamental focalizar as pesquisas que discutem questões relativas à presença de crianças imigrantes nas instituições de Educação Infantil. Assim, questionamos: como as produções acadêmico-científicas no campo da Educação têm abordado a imigração no contexto da Educação Infantil? Quais são as temáticas que essas produções têm privilegiado? Para responder a essas indagações, este artigo tem como objetivo analisar as produções acadêmico-científicas no campo da Educação sobre a imigração no contexto da Educação Infantil.

2 Percorso metodológico

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo “estado do conhecimento”, sobre a imigração no contexto da Educação Infantil. Por estado do conhecimento entende-se as pesquisas que identificam, analisam e categorizam publicações realizadas sobre um tema de uma determinada área, abordando pelo menos um setor das publicações (Romanoswki; Ens, 2006; Vosgerau; Romanowski, 2014).

Para a realização deste estudo, a partir do planejamento de pesquisa², utilizamos artigos, teses e dissertações disponíveis nos repositórios do Portal de Periódico e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

As buscas nas bases de dados foram realizadas a partir da estratégia elaborada com o emprego dos descritores “Educação”, “Migração”, “Educação Infantil”, “Criança” e “Infância”, combinados pelos operadores booleanos *AND* e *OR*. Além disso, houve aplicação dos filtros: idioma, apenas trabalhos escritos em português, e delimitação temporal, compreendida no período entre 2013 e 2022³.

² Utilizamos o protocolo de *Planejamento para pesquisa em ambiente virtual*, desenvolvido pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2021).

³ Se justifica pela intensificação das migrações do Sul Global e do fortalecimento das imigrações Sul-Sul para o Brasil, fomentadas a partir da década de 2010.

Foram incluídos no estudo os trabalhos que tinham relação com a imigração, vinculação prioritariamente com a Educação Infantil, com as infâncias⁴ e as crianças, e excluídos aqueles que não tinham o contexto escolar como cenário de investigação.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram constituídos pelo levantamento sistemático dos trabalhos realizado por meio de três etapas: 1) levantamento e localização inicial dos artigos, teses e dissertações em cada base de dados; 2) leitura dos títulos e das palavras-chave; e 3) leitura dos resumos⁵. Ao final das três etapas, chegamos ao *corpus* analítico para efetiva análise. A síntese das etapas adotadas está registrada na Tabela 1:

Tabela 1 – Percurso trilhado para a constituição do *corpus* analítico.

Etapas	Procedimento	BDTD	CTD	P. Capes	Total geral
1ª etapa	Localização inicial	39	106	72	217
2ª etapa	Exclusão pela leitura do título e palavras-chave	32	92	53	177
3ª etapa	Exclusão pela leitura dos resumos	4	9	7	20
Corpus analítico		3	5	12	20

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na primeira etapa encontramos 217 trabalhos nas bases de dados pesquisadas. Reduzimos a amostra para 177 trabalhos na segunda etapa. E, após a leitura dos resumos, chegamos ao total de 20 trabalhos.

Durante o processo de planejamento da pesquisa, decidimos por incluir como critério, *a priori*, apenas trabalhos que estivessem diretamente relacionados com a Educação Infantil. No entanto, na etapa de leitura dos resumos, identificamos que muitos trabalhos não traziam a especificidade da Educação Infantil como etapa formal de ensino e nem a idade cronológica das crianças. Todavia os trabalhos se mostravam pertinentes devido à aproximação com o nosso

⁴ A infância é plural porque envolve um espaço sociopolítico que não pode ser pensado a partir de uma perspectiva única e, além disso, o conceito se expande em fatores geracionais que envolvem os contextos territoriais, culturais, econômicos, políticos e sociais das crianças.

⁵ Quando as informações eram insuficientes, partíamos para a leitura do texto na íntegra para esclarecer a pertinência de seleção do trabalho para o *corpus* analisado.

objeto de estudo. Por essa razão optamos por trabalhar para além da Educação Infantil, com os trabalhos que estivessem abarcando, de maneira integral, a dimensão infâncias e crianças.

O Quadro 1 sistematiza o cenário dos trabalhos selecionados em ordem cronológica, demonstrando a tabulação de dados como título, autor, ano de publicação, base em que o trabalho está depositado e a tipologia do documento:

Quadro 1 – Sistematização dos artigos, dissertações e tese selecionados.

Nº	Título	Autor (a/es)	Ano	Base	Tipologia
01	Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida	Karina Strohhecker Lisa Alcubierre	2017	BDTD	Dissertação
02	Migração haitiana: um estudo etnográfico com crianças, pais, professores em escolas públicas de Sinop-MT	Ivone Jesus Alexandre	2017	P. Capes	Artigo
03	De criança a estrangeira, de estrangeira a criança: mobilização social, agenda política e educação pública no município de São Paulo	Katia Cristina Norões	2018	BDTD	Tese
04	“Você precisa falar português com seu filho”: desafios para o processo de inclusão de crianças imigrantes em escolas do Rio de Janeiro	Adriana Maria Assumpção; Gabriela de Azevedo Aguiar	2019	P. Capes	Artigo
05	Um encontro intercultural em contexto migratório: a inserção de crianças haitianas na educação infantil de Balneário Camboriú (SC/Brasil)	Rosana da Silva Machado	2020	CTD	Dissertação
06	A migração infantil e o acesso à educação básica de crianças migrantes em solo brasileiro	Ana Paula Zaikievicz Azevedo; Ketlin Petini Barreto	2020	P. Capes	Artigo
07	Crianças haitianas na Educação Infantil em Sorocaba-SP (2011-2019)	Renata de Moura Santos Lorzing	2021	BDTD	Dissertação
08	Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos	Katia Cristina Norões	2021	P. Capes	Artigo
09	Da comédia infantil: entrelaçando gêneros, classes, raças e infâncias estrangeiras	Adriana Pereira da Silva; Ana Lúcia Goulart de Faria	2021	P. Capes	Artigo
10	No meio do caminho tinha muitas pedras: o processo de inclusão de crianças em situação de imigração e/ou refúgio na escola pública de Duque de Caxias	Mônica Elvira Paiva da Silva Pereira	2021	CTD	Dissertação
11	Migração internacional e formação de professores: a inserção das crianças haitianas em uma escola pública brasileira	Luana Maris Borri	2021	CTD	Dissertação
12	Educação e migração: sentidos da escola para as famílias haitianas em Goiás	Daniela Colella Zuniga Ludovico	2021	CTD	Dissertação
13	Migração na educação: o acolhimento dos(as) alunos(as) imigrantes na rede municipal de ensino de Contagem	Débora Cristina Alves da Silva	2021	CTD	Dissertação

14	Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões	Maria Leticia Nascimento; Carolina Grandino Pereira de Moraes	2021	P. Capes	Artigo
15	Migrações internacionais e o direito à educação: desafios para o enfrentamento de desigualdades pelas políticas dos sistemas de ensino	Ana Lorena Bruel; Isabelle Rigoni; Maïtena Armagnague	2021	P. Capes	Artigo
16	Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes	Maria Lucia Alves Fabian	2021	P. Capes	Artigo
17	Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima-Brasil	Janaine Voltolini de Oliveira	2021	P. Capes	Artigo
18	Crianças haitianas em escolas brasileiras: notas sobre inclusão e interculturalidade	Rômulo Sousa de Azevedo; Cláudia Tavares do Amaral; Marco Antônio de Santana	2022	P. Capes	Artigo
19	Crianças imigrantes e refugiadas na Educação Básica brasileira: uma proposta pedagógica de uso da literatura de migração para a promoção de uma política de acolhimento	Lorena Poliana Silva Lopes	2022	P. Capes	Artigo
20	Revisão de literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021)	Gioconda Ghiggi; Angela Scalabrin Coutinho	2022	P. Capes	Artigo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Definido o *corpus* textual da pesquisa, realizamos a Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (2016), com foco na análise categorial-temática, a fim de identificar as categorias temáticas predominantes.

Segundo Bardin (2016), a AC desdobra-se em três fases: 1) pré-análise, em que acontece a leitura “flutuante” dos dados; 2) exploração do material, fase que consiste nas operações de codificação, decomposição ou enumeração, usando as regras mais utilizadas que são as de presença/ausência ou frequência, depois agrupando os códigos em categorias, e, por conseguinte; a 3) fase que compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Após realizarmos a AC, os trabalhos selecionados foram sistematizados de acordo com as aproximações e semelhanças temáticas existentes entre eles e estabelecemos quatro categorias interpretativas para discutir a imigração no contexto da Educação Infantil: 1) crianças imigrantes e as políticas educacionais; 2) acolhimento de crianças imigrantes nas instituições educativas; 3) práticas discriminatórias que as crianças imigrantes sofrem no cotidiano educacional; e 4) imigração e as vozes das crianças e das famílias.

O quantitativo de artigos, dissertações e tese correspondente a cada categoria temática está demonstrado no Quadro 2. Ressaltamos que no processo de categorização, embora cada pesquisa tenha as suas especificidades, alguns textos foram classificados em mais de uma categoria, o que indica que o número total de trabalhos é maior que o número de textos que constituem o *corpus* analítico.

Quadro 2 – Distribuição dos trabalhos nas categorias temáticas.

Categorias	Tese	Dissertações	Artigos	Total
Crianças imigrantes e as políticas educacionais	1	3	5	9
Acolhimento das crianças imigrantes nas instituições escolares	0	5	8	13
Práticas discriminatórias que as crianças imigrantes sofrem no cotidiano educacional	0	4	5	9
Imigração e as vozes das crianças e das famílias	0	3	0	3

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir serão apresentados os resultados oriundos das análises dos trabalhos que fundamentaram a organização da discussão nas quatro categorias.

3 Resultados e discussão

Em nosso estudo identificamos que a literatura da Educação tem discutido a migração no contexto da Educação Infantil a partir de quatro categorias. Antes, porém, de adentrarmos nas dimensões analíticas, faremos uma breve contextualização do conjunto dos 20 trabalhos, sendo 12 provenientes de artigos, sete de dissertações de mestrado e apenas uma de tese de doutorado.

Quanto à periodicidade, o volume maior de pesquisas sobre o tema está concentrado no ano de 2021, com um total de 11 trabalhos, o que denota, conforme apontado por Ghiggi e Coutinho (2022), a preocupação recente dos pesquisadores da Educação com a temática.

Em termos de nacionalidade das crianças imigrantes, destacam-se as pesquisas que focalizam as crianças haitianas (Alexandre, 2017; Azevedo; Amaral; Santana, 2022; Borri, 2021; Lorzing, 2021; Ludovico, 2021; Machado, 2020) e com menor expressividade as de nacionalidade venezuelana (Oliveira, 2021), equatoriana (Assumpção; Aguiar, 2019), bolivianas (Nascimento; Morais, 2021), congolêsas e angolanas (Pereira, 2021).

De acordo com os dados estatísticos do OBMigra (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020; Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022), na primeira parte da década houve um amplo registro de crianças bolivianas e a partir de 2018 um aumento substancial no número de crianças de origem venezuelana; no entanto, ao analisar o *corpus* analítico deste artigo, consideramos que a produção acadêmico-científica que tem como sujeitos participantes as crianças de nacionalidade boliviana e venezuelana é inexpressiva.

Demarcamos ainda que a nacionalidade de crianças haitianas superou a de bolivianas em 2016 (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020); logo, de acordo com Cavalcanti, Oliveira e Silva (2022), as nacionalidades haitianas e venezuelanas predominam no país em termos numéricos entre as crianças.

Considerando o *corpus* de análise, que abrange artigos, tese e dissertações como fonte de produção de dados, este artigo afirma que a procedência dos estudos analisados não recai sobre os programas de pós-graduação, mas sobre a região originária dos autores principais dos trabalhos. Em atenção a esses aspectos, observa-se que os estudos estão sendo produzidos majoritariamente na região Sudeste, seguida da região Sul e com menor expressividade de estudos provenientes das regiões Centro-Oeste, sobretudo da região Norte.

Argumentamos que, acerca desses resultados, a produção de pesquisas advindas dessas regiões pode se assentar em duas questões: a primeira, pela maior centralização dos programas de pós-graduação nas regiões Sudeste e Sul (Ghiggi; Coutinho, 2022); e a segunda, pela concentração de imigrantes que se destinam à região Sudeste, com prevalência dos estados de São Paulo (31,5%) e do Rio de Janeiro (11,6%), e região Sul (19,8%), conforme apontam Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021).

No entanto a mesma questão não se aplica à região Norte, uma vez que esse centro regional apresenta um reduzido número de polos de pesquisa, embora receba 16,6% das solicitações de imigrantes para residência de longa permanência e temporária (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

3.1 Crianças imigrantes e as políticas educacionais

Nessa categoria reunimos os 10 trabalhos que têm como escopo o direito e o acesso à educação por meio da constituição de políticas educacionais. São eles: Assumpção e Aguiar

(2019), Azevedo e Barreto (2020), Fabian (2021), Ghiggi e Coutinho (2022), Lorzing (2021), Ludovico (2021), Norões (2018, 2021), Oliveira (2021) e Silva (2021).

A legislação brasileira garante a todas as crianças o direito à educação, ao acesso e à permanência nas instituições escolares. Para Norões (2018, p. 184), a matrícula “[...] representa o tácito reconhecimento da educação como um direito” e a ampliação da oferta de vagas se constitui como uma garantia para esse acesso, conforme sinaliza Oliveira (2021).

No entanto observamos que, embora o direito à educação se consagre como universal e respaldado por lei, o acesso das crianças imigrantes à escola tem se efetivado por meio de políticas educacionais específicas, a exemplo da Resolução nº 1 de 2020 (Brasil, 2020). Azevedo e Barreto (2020, p. 100) argumentam que as políticas educacionais alcançaram avanços significativos na oferta de acesso à educação, porém, enfatizam que esse direito não deve ficar circunscrito à matrícula escolar: “[...] é preciso avançar nas discussões acerca dessa problemática no âmbito da educação, para garantir que, além do direito à matrícula, os alunos tenham garantido condições de acolhimento, que lhes garantam a aprendizagem e a valorização de suas culturas e de suas histórias de vidas”.

É certo, como acentuam Azevedo e Barreto (2020), que o direito à educação ultrapasse os limites da matrícula, mas para ter a garantia da atenção às singularidades e valorização da identidade cultural das crianças imigrantes no espaço escolar, é necessário, primeiramente, que o direito de matrícula seja conquistado e efetivado sem que o rótulo de um marcador social imponha essa dificuldade. E é nesse sentido que Assumpção e Aguiar (2019, p. 186) defendem o “[...] acesso à educação pública, gratuita, em uma perspectiva democrática e inclusiva”.

Refletimos que a perspectiva democrática e inclusiva se propõe a romper com o uso do *status* migratório dessas crianças como um meio para inibir a sua presença nos sistemas educacionais brasileiros. A sua condição de estrangeira não pode ser confundida com um obstáculo burocrático e institucional, a ponto de impedir a garantia de seus direitos.

Entretanto, embora haja a materialidade de uma política educacional, como a Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020 (Brasil, 2020), que autoriza a matrícula de crianças e adolescentes na rede pública de educação sem o requisito de documentação comprobatória de escolaridade anterior e sem discriminação em razão da nacionalidade ou da condição migratória, na prática, as crianças imigrantes ainda enfrentam dificuldade para acessar à educação escolarizada devido à burocratização documental, conforme apontam Fabian (2021), Oliveira (2021) e Silva (2021).

Além disso, a efetivação de políticas educacionais voltadas para o acesso e permanência de crianças imigrantes esbarra ainda, entre outras questões, na aceitabilidade e na adaptabilidade nos espaços escolares que, segundo Ludovico (2021, p. 128), “[...] são barreiras que impedem o exercício pleno da cidadania e exigem do poder público políticas educacionais voltadas a essa população”.

A construção de políticas educacionais mais eficazes com base nas especificidades dessa população imigrante infantil no contexto escolar brasileiro, a partir de um novo olhar e o estabelecimento de diálogo, é uma defesa assumida por Fabian (2021) e Norões (2018, 2021). Nas palavras de Norões (2021, p. 427):

[...] as políticas públicas direcionadas a migrantes, refugiados, apátridas, não têm se diferenciado no caso das crianças e adolescentes, pois ora se configuram para inibir, dificultar ou mesmo proibir o acesso aos direitos fundamentais e humanos, ora acolhem algumas demandas, mas pouco se detêm ou priorizam fatores idade ou fase de vida.

Em decorrência da falta de prioridade à idade ou à fase de vida, as crianças de zero a cinco anos, público-alvo da Educação Infantil, têm sido negligenciadas por essas políticas (Ghiggi; Coutinho, 2022) que ainda se apresentam insuficientes (Silva, 2021) ou, em alguns contextos, inexistentes, conforme apontam as pesquisas de Lorzing (2021) e Ludovico (2021, p. 128), “[...] razão pela qual se apela para uma atenção do poder público para essas questões”.

Reconhecer o acesso à educação como prioridade para todas as crianças que compõem a tessitura social, sem distinção de origem, territorialidade, classe social, gênero e de outros marcadores sociais, deveria ser a premissa primeira e a base de uma sociedade que se quer como justa, igualitária e democrática. Ainda há muitos caminhos a percorrer e avançar quando se trata da garantia do direito à educação de crianças imigrantes, porém, como reforçam Roldão, Ferreira e Branco (2021, p. 49), “[...] a falta de políticas públicas e legislações efetivas agravam essa situação”.

3.2 Acolhimento de crianças imigrantes nas instituições escolares

Os trabalhos incluídos nessa categoria focalizam questões ligadas ao acolhimento das crianças imigrantes nas instituições educativas. De acordo com Bruel, Rigoni e Armagnague

(2021, p. 5), “[...] expressões como acolhimento, integração e inclusão podem ser encontradas em diferentes artigos com significados distintos ou similares, segundo as opções epistemológicas adotadas pelos autores”, e acrescentam ainda que a depender do contexto “[...] as formas de acolhimento são plurais e distintas [...]”.

Para efeito deste texto e categoria, falamos do acolhimento que é descrito pelo Parecer CNE/CEB nº 20/2009⁶ (Brasil, 2009b, p. 14), como aquele que apoia:

[...] as crianças, desde cedo e ao longo de todas as suas experiências cotidianas na Educação Infantil no estabelecimento de uma relação positiva com a instituição educacional, no fortalecimento de sua auto-estima, no interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo, na familiaridade com diferentes linguagens, na aceitação e acolhimento das diferenças entre as pessoas.

Referimo-nos, ainda, a um acolher que pressupõe uma relação de natureza dialógica entre a escola, as crianças e suas famílias e que se constitui como um espaço de assunção de práticas humanizadoras.

Dessa forma, apontamos que um ponto recorrente em 10 dos 14 trabalhos que compõem essa categoria está relacionado à barreira linguística (Alexandre, 2017; Azevedo; Amaral; Santana, 2022; Borri, 2021; Bruel; Rigoni; Armagnague, 2021; Fabian, 2021; Ghiggi; Coutinho, 2022; Lorzing, 2021; Machado, 2020; Nascimento; Morais, 2021; Pereira, 2021; Silva, 2021). A não apropriação da língua materna⁷, tanto por parte dos profissionais da escola como das crianças e das famílias, torna desafiadores os processos educativos com esses atores, uma vez que as práticas pedagógicas na Educação Infantil são firmadas nas interações e brincadeiras como eixos estruturantes.

Segundo indicam as pesquisas de Alexandre (2017), Fabian (2021) e Pereira (2021), as dificuldades de comunicação são um dos maiores desafios para se estabelecer relações e interações entre professores e crianças imigrantes, de tal modo que interferem na internalização das regras escolares, no processo de ensino-aprendizagem, nas experiências curriculares e da língua de acolhida (Alexandre, 2017; Pereira, 2021), e na atenção aos

⁶ Documento que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

⁷ Segundo Pupp Spinassé (2006, p. 4), “[...] a Língua Materna caracteriza, geralmente, a origem e é usada, na maioria das vezes, no dia a dia”.

processos de socialização no ambiente escolar e integração social, de maneira mais adequada à nova sociedade (Fabian, 2021).

Com o objetivo de diminuir a distância que a dificuldade de comunicação impõe entre acolhedor e acolhido, Machado (2020, p. 134) relatou em sua pesquisa que a solução encontrada pela equipe docente foi convidar um pai haitiano que falava português para desempenhar o papel de tradutor. Porém, segundo a pesquisadora, a ação foi descontinuada, demonstrando que “[...] não há um projeto permanente ou uma preocupação sistemática sobre como realizar o acolhimento e adaptação dessas crianças/famílias [...]”.

A falta de preocupação e de promoção de ações para a aceitabilidade, recepção e o acolhimento das crianças imigrantes no espaço escolar também foram evidenciadas nos resultados de Silva (2021, p. 97) que entre os motivos apresentou a barreira linguística como justificativa, bem como a “[...] ausência de uma rede de comunicação entre as famílias e a escola; dificuldade de desenvolver propostas adequadas às necessidades dos(as) alunos(as) imigrantes”.

Consideramos que o acolher pressupõe sensibilidade e olhar atento para uma responsabilização de cuidado ético com o outro, e as dificuldades com a língua não podem continuar sendo uma justificativa para que práticas de acolhimento não sejam desenvolvidas dentro da escola. Além disso, essas práticas convocam a todos os atores sociais da educação a realizar intervenções pertinentes e eficazes em torno dessa nova realidade, ainda mais quando as famílias imigrantes concebem a escola como um espaço para tirar dúvidas e obter informações sobre a cidade em que moram (Alcubierre, 2017).

Com vistas a compreender como ocorre o acolhimento de crianças haitianas em pré-escolas da rede pública municipal de Sorocaba-SP, Lorzing (2021) analisou o papel da interação e do brincar, como forma de comunicação, desempenhado nesse processo. Com base em seus resultados, a pesquisadora concluiu que a interação por meio da brincadeira é viável para o desenvolvimento de experiências acolhedoras das crianças, dadas as questões decorrentes das diferenças linguísticas.

A preocupação em garantir práticas de acolhimento no cotidiano pedagógico, como demonstrado na pesquisa de Lorzing (2021), mobilizou os profissionais a criarem diferentes formas de expressão para intervir e atuar nesse processo.

Para acolher e interagir com as diferenças culturais e linguísticas é preciso que a escola ofereça um repertório de experiências com as múltiplas linguagens, atenta às diferentes formas de expressão manifestadas pelas crianças, sobretudo a corporal. De acordo com Rocha (2008, p. 45), “[...] quando o outro é uma criança, a linguagem oral não é central nem única, mas fortemente acompanhada de outras expressões corporais, gestuais e faciais”.

Assim, a linguagem corporal, amplamente utilizada nas brincadeiras, é uma importante ferramenta didático-pedagógica para diminuir os obstáculos impostos pela comunicação no cotidiano da EI, principalmente das crianças muito pequenas e com a oralidade não muito articulada. Por meio das múltiplas linguagens se abrem espaços para a troca e o encontro afetivo entre professores e crianças, uma vez que a brincadeira e as interações são eixos estruturantes do trabalho pedagógico na Educação Infantil, portanto, ocupam lugar privilegiado para a promoção dos diálogos, cedendo espaço para diferentes linguagens, sem sobreposição ou hierarquia entre elas.

Outra questão presente nessa categoria, e que se coloca também como um obstáculo para o acolhimento, refere-se aos hábitos alimentares específicos das crianças imigrantes haitianas, conforme foi apontado na pesquisa de Machado (2020). Segundo a autora, as crianças se alimentavam pouco devido à falta de familiaridade com o tempero brasileiro, que se difere bastante das comidas e temperos haitianos, o que acarretava preocupação com a inserção e permanência dessas crianças no ambiente escolar.

Considerando o desenvolvimento pleno do sujeito como responsabilidade da educação, assim como o seu bem-estar para processos de aprendizagem, os espaços educativos devem adotar medidas e estratégias de intervenção técnica e pedagógica na alimentação escolar, como a fusão de alimentos das suas culturas à rotina de merenda, para minimizar os impactos desse choque cultural.

Com base na perspectiva intercultural, é que os processos de acolhimento foram defendidos nos trabalhos de Azevedo, Amaral e Santana (2022) e Lopes (2022). Estabelecer uma política de acolhimento pautada na interculturalidade é um caminho a ser trilhado para a inclusão das crianças imigrantes no cotidiano escolar “[...] que apresente alguma diferença, seja ela de qual ordem for: física, socioeconômica ou etnocultural”, conforme sugerem Azevedo, Amaral e Santana (2022, p. 329).

Para Lopes (2022, p. 1064), “[...] uma escola que opta por uma educação monocultural está negando o multiculturalismo e, por conseguinte, negando o acolhimento”. Ponderamos que é preciso reconhecer a diversidade que pulsa na vida das crianças imigrantes que chegam à escola. Mas, para além do reconhecimento, é necessário a valoração e interação com essas culturas de tal modo, conforme sinaliza Candau (2002, p. 157), que “[...] as diferenças sejam dialeticamente integradas” e se orientem na construção de políticas de recepção e acolhimento que dialogue com uma “[...] sociedade democrática, plural, humana [...]”.

Além de serem apontadas como um caminho para que os processos de exclusão diminuam, as práticas de acolhimento na perspectiva intercultural, ao promoverem o diálogo e interação dessas culturas, desenvolvem nas crianças o sentimento de pertencimento, promovendo segurança para iniciar e/ou dar continuidade ao seu processo de escolarização nesse novo território.

A adoção de um acolhimento em uma dimensão intercultural parece ser uma decisão coletiva, por parte da equipe de profissionais da escola e/ou de projetos institucionais atentos a esse desafio. De acordo com Lopes (2022, p. 1073):

[...] o país já possui dispositivos legais, como leis, pareceres e diretrizes, que orientam a política migratória de acesso à Educação Básica pelas comunidades imigrantes e refugiadas e, especificamente, pelas crianças. Contudo, tais dispositivos deixam a responsabilidade da elaboração de uma política de recepção e acolhimento interno às instituições escolares.

Sendo assim, observamos que, por ser uma construção a se desenvolver internamente nas instituições escolares, nem todos os professores se sentem implicados ou encorajados a assumir essa responsabilidade. Por essa razão, Lopes (2022) reforça que as escolas devem apoiar os docentes para estarem engajados nesse objetivo e que os agentes escolares deem visibilidade aos avanços educativos alcançados mediante os investimentos em práticas de acolhimento às crianças imigrantes.

A postura a ser adotada é a da empatia e valorização dos sujeitos e suas histórias de vida. Tal postura promove o reconhecimento da diversidade identitária, acolhimento social e linguístico, contato e valorização da cultura do outro, contato e valorização das línguas maternas dos alunos imigrantes, dentre outros ganhos (Lopes, 2022, p. 1073).

Moreira e Candau (2003) já sublinhavam que ações docentes de orientação multicultural exigem mudanças comportamentais que superem o chamado daltonismo cultural⁸ presente nas escolas. No entanto, embora os professores sejam convocados a assumir um compromisso ético com o acolhimento à diversidade das crianças, o trabalho de Borri (2021) explicita que os professores não se sentem preparados e seguros devido à falta de apoio, formação continuada, políticas públicas e legislações específicas que deem conta da sua atuação frente ao processo, uma vez que a eles é imputado essa responsabilidade.

Na contramão desse movimento, Lorzing (2021) lembra que o acolhimento não deve depender apenas do corpo docente, da gestão e comunidade escolar, mas de ações concretas e documentos objetivos. Ou seja, a autora convoca que ações para processos de acolhimento das crianças imigrantes se materializem também a partir de movimentos articulados de natureza política e administrativa.

A falta de segurança e desconhecimento por parte dos docentes no acolhimento de crianças imigrantes no contexto da educação escolar implica uma demanda urgente de se colocar em pauta o acolhimento em uma dimensão pertencente às necessidades formativas de professores e como parte integrante da agenda da escola. Não conhecer e reconhecer o perfil e as questões inerentes ao processo de chegada e permanência dessas crianças acarreta “[...] uma sucessão de equívocos no trato das questões cotidianas que atingem esse alunado”, salientam Assumpção e Aguiar (2019, p. 186).

No esforço de acolher essas crianças e suas famílias, Nascimento e Morais (2021) revelaram na sua pesquisa que as práticas pedagógicas dos professores se enveredaram na adoção de comunicações bilíngues, como bilhetes, cartazes e mostras culturais, embora as autoras não tenham verificado projetos de acolhimento adequados ao reconhecimento e à valorização das crianças.

Em síntese, consideramos que o acolhimento da criança imigrante perpassa pela afirmação da promoção de uma efetiva integração sociopolítica como garantia de um direito, e por ser direito, se confirma a partir da construção de políticas públicas voltadas para a sua consecução.

⁸ “[...] dificuldade, que muitos têm, de discernir a diversidade [...] característica que permite ao professor, geralmente de uma forma não consciente, trabalhar de modo que, afinal, acaba por ter como consequência discriminar os grupos minoritários, porque não lhes é nem significativo nem adequado” (Cortesão; Pavan, 2018, p. 315-317).

3.3 Práticas discriminatórias que as crianças imigrantes sofrem no cotidiano educacional

Nessa categoria incluímos as pesquisas que evidenciaram as práticas de discriminação vivenciadas pelas crianças imigrantes nos espaços escolares. Com base no art. 3º, inciso IV, da CF (Brasil, 1988), consideramos práticas discriminatórias as condutas que tratam as pessoas de forma desigual, em razão das características de origem, raça, sexo, cor, idade e outros.

Entre essas práticas se destacam o preconceito, o racismo, a violência, a exclusão, a xenofobia e a discriminação, que nos trabalhos de Azevedo, Amaral e Santana (2022), Fabian (2021), Ghiggi e Coutinho (2022) e Silva e Faria (2021) se revelaram ainda mais agravantes quando praticadas contra crianças imigrantes negras, o que, de acordo com Nunes (2022, p. 7), “[...] dar a conhecer a complexa realidade nas quais as crianças negras estão imersas na sociedade brasileira”.

A articulação de dois marcadores sociais que a criança, imigrante e negra, carrega consigo demonstra como as diferenças operam dentro do cotidiano escolar e como a associação da “[...] raça e cor da pele/atributos que denominamos físicos – cabelo, nariz, compleição física, habilidades corporais, entre outros [...]” valora as relações e interações entre crianças-crianças e crianças-adultos (Nunes, 2022, p. 19). É o que apontam os estudos de Alexandre (2017), Azevedo, Amaral e Santana (2022), Borri (2021), Machado (2020) e Pereira (2021).

Em Azevedo, Amaral e Santana (2022), a cor da pele é um determinante no processo de inclusão e exclusão da criança imigrante. A mesma questão é salientada na pesquisa de Borri (2021), que afirma que no processo de inserção escolar, as características físicas das crianças imigrantes, principalmente a raça, não passam despercebidas e tornam-se motivo para que essas crianças sejam rejeitadas na escola.

Na mesma direção estão os estudos de Alexandre (2017), Machado (2020) e Pereira (2021), que demonstraram como os traços fenotípicos, a exemplo do cabelo afro das crianças imigrantes negras, também impossibilitam, dificultam e até impedem a interação e a convivência no cotidiano escolar.

Em pesquisa realizada com crianças de cinco anos da Educação Infantil, Alexandre (2017, p. 214) relata que as relações das crianças negras com as crianças nativas brasileiras são conflituosas, pois “[...] as crianças se negam a sentar perto, abraçar, tocar e brincar com as crianças haitianas, não porque sejam migrantes, mas porque são de pele negra e cabelos afros”.

Os dados da pesquisa de Pereira (2021, p. 101) apontam que as práticas discriminatórias se manifestam para além dos aspectos físicos, porque recaem também sob as questões culturais das crianças, como os seus nomes que são ridicularizados, além das ofensas verbais, sob a forma de apelidos depreciativos, como “[...] macaca preta vinda da África”.

São por conta de práticas como essas, que disseminam a violência simbólica, que os resultados de Fabian (2021) indicaram que muitas crianças foram levadas a abandonar a escola ou a desenvolver quadros depressivos.

De forma distinta, as pesquisas de Lorzing (2021) e Machado (2020) não identificaram manifestação de cunho racista ou discriminatório das crianças brasileiras em relação às crianças imigrantes, pelo contrário, Machado (2020) observou demonstrações de afeto e amizade entre as crianças.

Era comum a manifestação de afeto entre crianças haitianas e brasileiras, ora abraçando, ora querendo sentar-se juntas e também, crianças haitianas sendo chamadas de ‘amigo(a)’ pelas crianças brasileiras. No jogo das culturas de pares, havia momentos de conflitos, recusas para brincar, distanciamentos e aproximações, mas, em nenhum momento foi percebido qualquer manifestação de cunho racista ou discriminatório entre as crianças. Assim, os eventuais conflitos foram interpretados como situações normais no âmbito das culturas infantis (Machado, 2020, p. 135-136).

No entanto, em relação aos professores, a pesquisa de Machado (2020) revelou que foram identificadas práticas preconceituosas materializadas em apelidos, como “morceguinhos”, e/ou brincadeiras depreciativas. De igual modo, questões relacionadas ao universo da prática docente foram observadas nas pesquisas de Alexandre (2017) e Borri (2021) ao revelarem posturas racistas, explícitas ou veladas, indiferença e silenciamento por parte dos professores quanto às práticas e manifestações discriminatórias imputadas às crianças imigrantes.

De modo geral os resultados das pesquisas revelam que as práticas discriminatórias contra a criança imigrante no contexto educacional se sobressaem em larga escala quando a discriminação ganha um componente racista. Demonstrem ainda que, em tempos atuais, a máxima histórica de que “[...] a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença” (Moreira; Candau, 2003, p. 161) não pode continuar sendo propagada e se assentar em um modelo de escola monocultural.

Diante do atual contexto que se desvela por intensos fluxos migratórios e, por consequência, torna a existência das crianças imigrantes cada vez mais presente no sistema brasileiro de educação, “[...] a escola está sendo convocada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças” (Moreira; Candau, 2003, p. 161).

Fazemos a defesa de que expressões públicas de racismo, violência, insultos, ofensas e discursos de ódio não devem ser silenciados nos espaços escolares. Dessa forma, coibir práticas discriminatórias contra as crianças imigrantes, que já sofrem um duplo processo de exclusão, pelo fato de serem crianças, que em nossa sociedade são sempre controladas a partir de um olhar adultocêntrico, e pelo fato de serem imigrantes, que enfrentam todas as barreiras citadas anteriormente, é um dever e compromisso ético, estético e político que deve se encaminhar na direção de uma ação conjunta entre escola e toda sociedade brasileira.

3.4 Imigração e as vozes das crianças e das famílias

Nessa categoria reunimos as pesquisas que têm as crianças e as famílias como participantes ativas. Dos 20 trabalhos que compuseram o *corpus* analítico, somente dois evidenciaram as crianças como protagonistas e deram espaço para as suas vozes (Alcubierre, 2017; Pereira, 2021) e um dialogou com as famílias de crianças imigrantes (Ludovico, 2021).

Em sua pesquisa, Ludovico (2021) procurou compreender o sentido valorativo atribuído à educação pelas famílias haitianas a partir do conceito de *habitus* proposto por Bourdieu. Os resultados revelaram que as famílias percebem as escolas como tendo potencial de transformação social, além de serem espaços de integração e socialização.

Pesquisas como as de Alcubierre (2017) e Pereira (2021) privilegiaram o protagonismo e a participação das crianças imigrantes ao ceder espaço às vozes, percepções e produções desses atores sociais. As pesquisadoras usaram o desenho como instrumento metodológico para dialogar com as crianças sobre os seus processos de imigração, de forma que pudessem ampliar as suas visões e melhor compreender esse fenômeno no contexto escolar.

A utilização dos desenhos, nas pesquisas das autoras supracitadas, vai ao encontro do que Rocha (2008) e Sarmiento (2007) dissertam sobre considerar as múltiplas linguagens das

crianças, que se expressam por meio dos gestos, das artes plásticas, do corpo e que não se restringem e nem têm, em uma relação comunicativa, a centralidade na linguagem verbal.

Pereira (2021), por meio de oficinas pedagógicas realizadas com as crianças de uma escola municipal de Duque de Caxias (RJ), observou que ao criarem desenhos, como atividade propositiva de percepção sobre si, elas se autorrepresentavam a partir de um padrão eurocentrado que não condizia com a sua autoimagem. Já Alcubierre (2017) procurou compreender os sentidos que as crianças de quatro e seis anos atribuem à migração. Seus resultados apontaram que a palavra “migração” e “migrar”, em seu conceito e significado social, não estão presentes nos enunciados das crianças.

A pesquisa de Alcubierre (2017, p. 194) aponta que “[...] não é comum a criança migrante ser questionada sobre a sua migração [...] Mais difícil ainda são aquelas [pesquisas] que têm em seu corpo metodológico a escuta das crianças”. A autora sublinha ainda que as crianças “[...] precisam ser ouvidas, não apenas porque possuem diferenças culturais, mas principalmente porque precisam ser compreendidas enquanto sujeitos em formação que requerem a constituição de uma identidade que territorializa, não a ignorem [...]” (Alcubierre, 2017, p. 226).

Escutar as crianças tem sido um tema bastante debatido pelos estudos da Sociologia da Infância. Mello *et al.* (2020, p. 332) salientam que é fundamental considerar as vozes das crianças, entretanto, os autores argumentam que “[...] tão ou mais importante do que ‘dar voz’ às crianças, é preciso dar ‘ouvidos’ a elas [...]”.

Dar ouvidos envolve a auscultação das vozes das crianças que, de acordo com Rocha (2008), extrapola o sentido da percepção auditiva de recepção da informação, porque auscultar exige do adulto a sensibilidade de ampliar a abrangência do **ouvir** e do **escutar**, especialmente quando se trata de crianças. “[...] auscultar as crianças implica o sentido de reconsideração de seu espaço [...] sobretudo como forma de estabelecer uma permanente relação comunicativa – de diálogo intercultural – no sentido de uma relação que se dá entre sujeitos que ocupam diferentes lugares sociais” (Rocha, 2008, p. 47).

A autora aponta, ainda, que “[...] ouvir a criança exige a construção de estratégia de troca, de interação, mais do que de perguntas e respostas [...]” (Rocha, 2008, p. 49), e significa também assumir posturas que validem e considerem as percepções das crianças por meio de

uma escuta ativa e sensível, que valorize suas contribuições, aspirações, autenticidades e particularidades.

A partir dos dados dessa categoria percebemos que poucos são os estudos que consideram a criança como sujeito de seu próprio desenvolvimento, como atores sociais e produtoras de cultura (Sarmiento, 2013). A dificuldade que muitos profissionais têm de reconhecer que a criança é capaz de coproduzir conhecimento com o professor implica no distanciamento de estudos que privilegiam a escuta dessas crianças. É como salienta Alcubierre (2017, p. 225-226), “[...] existe uma criança esquecida, que não tem direito as mesmas condições e garantias em ir e vir, uma criança que não é ouvida e nem considerada, uma criança que migra, em condições adversas e inconstante [...]”.

Consideramos que as crianças imigrantes têm muito a dizer sobre as suas vivências nos processos migratórios. E é por essa razão que nós, os adultos, precisamos desenvolver um olhar atento e uma escuta sensível para perceber suas enunciações, seus interesses, necessidades e estar dispostos a dialogar com elas. Compreendemos ainda, ancorados nos pressupostos da Sociologia da Infância, que o processo de auscultação de suas vozes envolve se aproximar de toda a complexidade que circunda os seus processos de imigração, contribuindo para tirá-las da condição de invisibilidade e subalternidade social.

4 Considerações finais

Ao identificar e analisar as produções acadêmico-científicas da Educação sobre o tema da imigração no contexto da Educação Infantil, o presente estudo compartilhou a análise de cunho temático acerca dessas publicações, que no mostrou como as pesquisas têm focalizado essa temática, além de apontar as recorrências, evidências e lacunas.

Os resultados da pesquisa revelaram que o tema da imigração no âmbito da Educação Infantil tem contemplado quatro eixos temáticos. Na categoria *Crianças imigrantes e as políticas educacionais*, a questão que mais ressoou nos trabalhos analisados foi a falta de políticas educacionais voltadas para as especificidades e singularidades das crianças imigrantes e que, embora o direito à educação seja positivado juridicamente, essas crianças ainda enfrentam muitos entraves quanto à sua materialização.

O *Acolhimento de crianças imigrantes nas instituições escolares* foi a categoria que teve a maior incidência de trabalhos e revelou que um dos maiores desafios para que se esse processo se efetive de maneira positiva está relacionado à barreira linguística, pontos que se assemelham aos outros estudos que se debruçaram em realizar uma revisão sobre a migração infantil (Ghiggi; Coutinho, 2022; Gonçalves Daniel; Moro, 2022; Rocha; Pires; Mendes, 2022).

Em relação à categoria que discutiu as *Práticas discriminatórias que as crianças imigrantes sofrem no cotidiano educacional*, ficou muito evidente o quão ainda são assujeitadas as crianças imigrantes, principalmente se são negras. Além disso, as pesquisas revelaram que enfrentam no cotidiano escolar constantemente práticas de racismo, preconceito e discriminação decorrente de suas características físicas, diferenças linguísticas e étnicas, e o quanto isso reverbera negativamente nas suas infâncias migrantes e no seu reconhecimento e pertencimento no espaço da escola.

No que concerne à *Imigração e às vozes das crianças e suas famílias*, as poucas pesquisas dessa categoria evidenciaram as vozes e a participação das crianças como sujeitos ativos no interior dos fluxos migratórios, revelando suas percepções, sentimentos e angústias. Além disso, trouxe como resultado que se faz necessário que as crianças sejam mais escutadas dentro desses processos.

Ademais, outro fator que convém destacar é que percebemos que o tema sobre a imigração no contexto da Educação Infantil possui uma literatura muito recente, conforme demonstrou o estado do conhecimento realizado neste artigo.

Dessa forma, diante do interesse e esforço para entender como tem ocorrido o acolhimento das crianças imigrantes no contexto escolar e as temáticas mais abordadas que têm sido problematizadas no campo da Educação sobre a imigração infantil, reforçamos que se faz necessária a produção de estudos que discutam os processos de imigração das crianças que compõem a Educação Infantil, abarcando outras dimensões que se apresentam na Educação, como é o caso das questões didático-metodológicas e curriculares, ancoradas na interculturalidade, que consideram a diversidade étnico-racial e cultural inerentes à vida das crianças imigrantes e às suas famílias nos cotidianos das instituições infantis.

Referências

- ALCUBIERRE, K. S. L. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida**. 2017. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.
- ALEXANDRE, I. J. Migração haitiana: um estudo etnográfico com crianças, pais, professores em escolas públicas de Sinop, MT. **Revista Áskesis**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 208-217, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/244/pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- ASSUMPÇÃO, A. M.; AGUIAR, G. A. “Você precisa falar português com seu filho”: desafios para o processo de inclusão de crianças imigrantes em escolas do Rio de Janeiro. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 81, n. 1, p. 167-188, 2019. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/3541/4057>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- AZEVEDO, R. S.; AMARAL, C. T. Educação para além da matrícula: crianças migrantes, refugiadas, e a Resolução nº 1/2020. **Revista teias**, v. 23, n. 69, p. 134-146, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052022000200134&script=sci_arttext. Acesso em: 5 ago. 2024.
- AZEVEDO, R. S.; AMARAL, C. T.; SANTANA, M. A. Crianças haitianas em escolas brasileiras: notas sobre inclusão e interculturalidade. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 13, n. 37, 2022. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4857>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- AZEVEDO, A. P. Z.; BARRETO, K. P. A migração infantil e o acesso à educação básica de crianças migrantes em solo brasileiro. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 6, 2020. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/2368&file=1/>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORRI, L. M. **Migração Internacional e formação de professores: a inserção das crianças haitianas em uma escola pública brasileira**. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, 2021.
- BRAGA, A. de C. A.; SOUZA NETO, J. C. de; DOS SANTOS, José Paulo Ferreira. Imigração e educação infantil: análise da relação entre a EMEI e família a partir do relato de uma mãe Boliviana. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. 43, p. 561-582, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/73276>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 nov. 2023.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. Ministério da Educação, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 4

nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009**. Ministério da Educação, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2020**. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, 24 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm Acesso: 2 mar. 2025.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 2 mar. 2025.

BRUEL, A. L.; RIGONI, I.; ARMAGNAGUE, M. Migrações internacionais e o direito à educação: Desafios para o enfrentamento de desigualdades pelas políticas dos sistemas de ensino. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives**, v. 29, p. 66, 2021. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6795/2636>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CANDAU, V. M. F Sociedade, cotidiano escolar e cultura (s): uma aproximação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, p. 125-161, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8Cj5XvRTYpN3WNWbMBCbNFK/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 3 mar. 2025.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CORTESÃO, L.; PAVAN, R. O Pensamento de Paulo Freire e o “Arco-Íris Sociocultural da Sala de Aula”: entrevista com Luiza Cortesão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 311-323, 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/cortesao-pavan.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

FABIAN, M. L. A. Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. Disponível em: http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/migra%C3%A7ao_infantil_fabian.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

FREITAS, M. C.; SILVA, A.P. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157, p. 690-702, 2015. <https://doi.org/10.1590/198053143246>. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cp/a/DSLbNt9qscNqGZCNk8BS9xP/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2025.

GHIGGI, G.; COUTINHO, A. S. Revisão de literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 63, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/28781>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GONÇALVES DANIEL, F. C.; MORO, C. Crianças (i)migrantes e educação infantil: o que dizem as pesquisas acadêmicas brasileiras. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 77-90, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/65952/42210>. Acesso em: 24 jul. 2023.

LOPES, L. P. S. Crianças imigrantes e refugiadas na Educação Básica brasileira: uma proposta pedagógica de uso da literatura de migração para a promoção de uma política de acolhimento. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 3, p. 1056-1074, set./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas>. Acesso em: 11 jan. 2023.

LORZING, R. M. S. **Crianças haitianas na educação infantil em Sorocaba-SP (2011-2019)**. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, 2021.

LUDOVICO, D. C. Z. **Educação e migração: sentidos da escola para as famílias haitianas em Goiás**. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2021.

MACHADO, R. S. **Um encontro intercultural em contexto migratório: a inserção de crianças haitianas na educação infantil de Balneário Camboriú (SC/Brasil)**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2020.

MELLO, André da S. *et al.* Por uma perspectiva pedagógica para a educação física com a educação infantil. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 10, p. 326-342, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2868>. Acesso em: 20 out. 2023.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura (s): construindo

caminhos. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, 2003.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

NASCIMENTO, M. L.; MORAIS, C. G. P. Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões. **Revista Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 524-542, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/72858>. Acesso em: 11 jan. 2023.

NORÕES, K. C. **De criança a estrangeira, de estrangeira a criança**: mobilização social, agenda política e educação pública no município de São Paulo. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

NORÕES, K. C. Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 420-443, 2021. Disponível:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79134/45628>. Acesso em: 11 jan. 2023.

NUNES, M. D. F. **Enfrentamento do Racismo na Primeira Infância**. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Infancia-negra-uma-reconstrucao-necessaria.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. V. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: Desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima-Brasil. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 124-141, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/46014/24799>. Acesso em: 11 jan. 2023.

PEREIRA, M. E. P. S. **No meio do caminho tinha muitas pedras**: o processo de inclusão de crianças em situação de imigração e/ou de refúgio na escola pública de Duque de Caxias. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ, 2021.

PUPP SPINASSÉ, K. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Contingentia**, Porto Alegre. v. 1, n. 1, p. 1-8, nov. 2006. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/contingentia/article/download/3837/2144>. Acesso em: 4 nov. 2023.

ROCHA, E. A. C. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, S. H. V. (org.) **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

ROCHA, S. R. P.; PIRES, Y. R.; MENDES, G. M. L. Migração e infância: o que dizem as produções científicas da área da educação? In: CAVALCANTE, C. V.; LUDOVICO, D. C. Z.; NOLETO, A. P. J.; RIBEIRO, A. P. R. (org.) **Educação, migração e diversidade na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 35-57.

ROLDÃO, S. F.; FERREIRA, J. L.; BRANCO, V. Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e adolescentes imigrantes. **Revista Entreideias**: educação, cultura e sociedade, Salvador, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em:

MARTINS, J. A. V.; MELLO, A. da S.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/36960/25173>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. **Revista diálogo educacional**, Paraná, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, M. de S. dos; ALVES, R. A. R.; MACHADO, E. E. Relação família-escola de crianças imigrantes na educação infantil: o que as pesquisas (não) têm a dizer?. **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 91-114, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052022000200091&script=sci_arttext. Acesso em: 8 ago. 2024.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (org). **Infância (in)visível**. Araraquara/SP: Junqueira & Marin Editores, 2007. p. 25- 53.

SARMENTO, M, J. A Sociologia da Infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, R.T.; GARRANHANI, M.C. **Sociologia da Infância e a formação de professores**. Curitiba: Editora Champagnat, 2013. p. 13-46.

SILVA, D. C. A. **Migração na educação**: o acolhimento dos(as) alunos(as) imigrantes na rede municipal de ensino de Contagem. 2021. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) — Universidade do Estado de Minas Gerais, Contagem, MG, 2021.

SILVA, A. A.; FARIA, A. L. G. Da comédia infantil: entrelaçando gêneros, classes, raças e infâncias estrangeiras. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 444-470, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/74160>. Acesso em: 11 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Sistema Integrado de Bibliotecas**. Protocolo para pesquisa em ambiente virtual. Vitória, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ufes.br/planejamento-de-pesquisa-em-ambiente-virtual>. Acesso em: 20 set. 2022.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-190, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Enviado em: 30/11/2023

Revisado em: 12/08/2024

Aprovado em: 16/09/2024